

Resumo: O artigo aborda dois dos aspectos da reforma litúrgica protagonizada pelo Concílio: 1) A liturgia como momento histórico da salvação, em cinco dimensões: 1. O conceito de história. 2. A história da salvação. 3. Liturgia, celebração da história da salvação. 4. Liturgia, celebração do mistério pascal. 5. A liturgia como ação ritual. 2) Liturgia, exercício do sacerdócio de Cristo, Cabeça e membros, sob três aspectos: 1. O verdadeiro culto no Corpo de Cristo. 2. Do Corpo de Cristo ao Corpo de Cristo-Igreja. 3. O sacerdócio comum dos fiéis.

O autor deseja colaborar para o aprofundamento do tema na esperança de que possamos vivenciar, na ação litúrgica, um inesquecível encontro com Deus-Trindade, no qual o ser humano entra na intimidade com as Pessoas divinas, segundo a ação particular que cada uma delas realiza na história da salvação.

Abstract: The article focuses on two aspects of the liturgical reform as proposed by the II Vatican Council; A. the Liturgy is considered as an historical event in the history of salvation, which lays stress on Five dimensions: 1º the concept of history; 2º the history of salvation; 3º Liturgy and the privileged moment which makes present Christ the Savior as the protagonist of the history of salvation; 4º Liturgy as the outstanding means by which the faithful can express in their lives the paschal mystery; 5º Liturgy as a ritual action by which the faithful derive the true Christian spirit. B. Liturgy is most important in order to manifest the priesthood of Christ as head of the faith-community in three aspects: 1. the true nature of the adoration rendered to the Body of Christ; 2. from the Body of Christ towards the Church as his Body; 3. the common priesthood of the laity. The author intends to undertake a careful investigation into the elements which are pertinent to an active participation of the Christian people in the Triune God so as to nurture a warm and living love for the divine Persons who are directly involved in a particularly effective way in the history of salvation.

A Liturgia no Concílio Vaticano II

*Valter Maurício Goedert**

* Pe. Valter M. Goedert é presbítero da Arquidiocese de Florianópolis, Doutor em Liturgia e professor na Faculdade Católica de Santa Catarina – FACASC. Diretor da Escola Diaconal da Arquidiocese desde 1982.



Introdução

Celebrando os cinquenta anos do início do Concílio Vaticano II, a Igreja retoma, com novo ardor e com renovado entusiasmo, uma reflexão sistemática sobre os textos e os ensinamentos conciliares. Creio ser momento oportuno para redescobrir as riquezas ali contidas, mas, acima de tudo, ocasião para aprofundar temas essenciais à vida da Igreja, por vezes abordados e transmitidos de modo inadequado, a partir de visão superficial, sem a devida profundidade. Tem-se a impressão de que, em muitos segmentos da vida da Igreja, a renovação desejada pelo Concílio se ateve ao *exterior*; ao *epidérmico*, e não incorporou a compreensão do verdadeiro *Mistério da Igreja*.

Sente-se, em vários setores da vida eclesial, de um lado, *uma decepção difusa* por não termos conseguido, como era de se desejar, renovação mais consistente, mais duradoura, mais efetiva. Por outro lado, vivemos momento de *impasse*. Houve avanços significativos, mas também fortes resistências *ao novo momento eclesial*, inaugurado pelo Concílio. Essas reações não só persistem em nossos dias, como são responsáveis pelo processo de volta ao passado, de retorno à tradição do Concílio de Trento, *gerando perplexidade e incertezas*.

Os temas principais, abordados pelo Vaticano II, já haviam sido cuidadosamente preparados e aprofundados pelo *Movimento Litúrgico* na primeira metade do século XX e, em boa parte, assumidos pelo Papa Pio XII na Encíclica *Mediator Dei*, promulgada aos 20 de novembro de 1947. A temática foi retomada e amplamente examinada pelo Concílio na Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

Concretamente, abordarei dois dos aspectos da reforma litúrgica protagonizada pelo Concílio:

I – A liturgia *como momento histórico da salvação*

Neste contexto, atendo-me a cinco dimensões: 1. O conceito de história. 2. A história da salvação. 3. Liturgia, celebração da história da salvação. 4. Liturgia, celebração do mistério pascal. 5. A liturgia como ação ritual.

II – Liturgia, *exercício do sacerdócio de Cristo, Cabeça e membros*

Proponho os seguintes pontos: 1. O verdadeiro culto no Corpo de Cristo. 2. Do Corpo de Cristo ao Corpo de Cristo-Igreja. 3. O sacerdócio comum dos fiéis.



Desejo colaborar para o aprofundamento do tema na esperança de que possamos vivenciar, na ação litúrgica, um inesquecível encontro com Deus-Trindade, no qual o ser humano entra na intimidade com as Pessoas divinas, segundo a ação particular que cada uma delas realiza na história da salvação.¹

I – A liturgia, momento histórico da salvação

1 O conceito de história

A história humana é *o lugar e o meio* da salvação, uma vez que nela Deus se revela e age. A história humana está repleta das maravilhas do Senhor. “Louvemos, todos, o nome do Senhor, porque só o seu nome é excelso. Sua majestade transcende a terra e o céu” (Sl 146,13). O ser humano acolhe a salvação não *fora da história*, mas *na história*. A salvação, portanto, não significa *evasão* da história, mas um modo peculiar de *assumi-la*. Nela dá-se a revelação de Deus.

Uma história simultaneamente linear, porque parte de um único ponto: Deus Criador; uma história unitária em que uma fase conduz necessariamente a outra; uma história marcada por forte dimensão escatológica: todas as fases tendem para uma consumação, um fim único, num contínuo processo ontológico absolutamente necessário, e que tem como protagonistas Deus, os anjos, e os homens. As etapas que constituem essa *história sagrada* coincidem com a história bíblica: o tempo das promessas, o tempo do cumprimento e da plenitude e o tempo da instauração definitiva do Reino de Deus.

2 A história da salvação

Em oposição ao evento mítico, encontra-se o *acontecimento histórico*. Jesus Cristo está no começo, no centro e no fim da história; nele se realiza e se modifica definitivamente a condição humana. Ele é “o desígnio salvador de Deus, o mistério oculto desde a eternidade em Deus, que tudo criou” (Ef 3,9). O *mistério guardado em segredo* durante séculos (Rm 16,25), *a sabedoria misteriosa e secreta que Deus* predeterminou antes de existir o tempo (1Cor 2,7), manifestado aos seus santos

¹ Cf. CHUPUNGCO, A. J. *Nozione di Liturgia*, in CHUPUNGCO, A. J. *Scientia Liturgica*, Vol. I, Piemme, 1998, p. 21.



e aos gentios, *Cristo, a esperança da glória* (Cl 1,26-27). Ele realiza plenamente a vontade de Deus (Ef 1,9).

A revelação do mistério escondido em Deus através de uma sucessão de eventos salvíficos que, de modos e em tempos diferentes indicam sua realização já existente na eternidade de Deus, preparado no seio das nações pelo Espírito do Senhor, particularmente em Israel, encontra em Cristo plena realização (SC 6). “Sua humanidade, na unidade da pessoa do Verbo, foi o instrumento da nossa salvação. Pelo que, em Cristo, ocorreu a perfeita satisfação de nossa reconciliação e nos foi comunicada a plenitude do culto divino” (SC 5). Dessa forma, Deus foi plenamente glorificado e a humanidade foi inteiramente restaurada. Morrendo, Jesus destruiu nossa morte e, ressuscitando, recuperou nossa vida.

Por força dessa centralidade, Cristo é Deus que revela e o Deus revelado; revela o mistério e é o próprio mistério; é o caminho da revelação e a própria revelação; é causa e autor da revelação; o Deus que fala e o Deus do qual se fala; Cristo é a plenitude da revelação e a resposta perfeita que a humanidade dá à revelação. Nele culmina a revelação como ação, como economia, como mensagem e como encontro.²

Encontramos a realidade do mistério na cultura greco-romana. O *mysterion* determinava o culto prestado aos deuses, cujo reconhecimento era reservado aos que o praticavam. Eram regidos pela lei do arcano, do segredo. Na religião cristã o mistério designa a pessoa, a ação e a mensagem de Jesus Cristo. Deus, desde toda a eternidade, o constituiu Cabeça de toda a criatura. A *história sagrada* se divide em *antes e depois de Cristo*. Antes dele foi uma etapa de preparação; depois dele, uma continuidade de sua pessoa e missão, através da aliança Cristo-Igreja (Ef 5,32). Paulo faz referência ainda ao *mistério do Evangelho* (Ef 6,19), ao *mistério da fé* (1Tm 3,9), e ao *mistério da piedade* (1Tm 2,16). No tempo que transcorre entre a ascensão e a segunda vinda de Cristo, ele comunica seu *mistério salvífico* aos homens mediante sua Igreja.

3 Liturgia, celebração da história da salvação

Tanto na religião natural como na revelada existem *sinais* que estão em relação com momentos ou intervenções divinas na história humana. Além da intervenção divina, constituem elementos de diálogo entre Deus

² Cf. LATOURELLE, R. *Teologia da Revelação*, São Paulo, Paulinas, 1972, pp. 483-485.



e os seres humanos. O sinal manifesta não só o *poder*, mas também o *amor salvífico de Deus*. “Esse diálogo acontece, todavia, numa linha histórica no sentido de que os sinais não são produto de invenção, mas são ambientados no tempo e no espaço e têm determinadas características (temporalidade e espacialidade dos sinais); *O sinal serve, por isso, para historicizar a intervenção divina*.³

“Compreender que toda a história sagrada é mistério de Cristo, que nessa história anterior a ele tudo tende a ele, mais precisamente à sua morte e ressurreição, e que depois dele tudo dele deriva; compreender que depois de sua morte e ressurreição não se deve esperar nada de radicalmente novo, mas que se vai apenas reproduzir nas criaturas, até o final dos tempos, o mistério do Filho de Deus encarnado, morto e ressuscitado, contanto que essas participem e se saciem na sua plenitude; compreender tudo isto é essencial para adentrar no mundo da liturgia”.⁴

Por conseguinte, a afirmação solene do Concílio: “Realmente, em tão grandiosa obra, pela qual Deus é perfeitamente glorificado e os homens santificados, Cristo sempre associa a si a Igreja, sua Esposa diletíssima, que invoca seu Senhor e por Ele presta culto ao eterno Pai. Com razão, pois, a liturgia é tida como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo, no qual, mediante sinais sensíveis, é significada e, de modo peculiar a cada sinal, realizada a santificação do homem; e é exercido o culto público integral pelo Corpo Místico de Cristo, Cabeça e membros” (SC 7).

A presença de Cristo na liturgia abre a reflexão teológica do número 07 do documento conciliar: “Cristo está sempre presente na sua Igreja, sobretudo nas ações litúrgicas”. Em seguida, descreve: na pessoa do ministro; na celebração eucarística; nos demais sacramentos; na palavra; no irmão, na Igreja reunida (SC 7). *Todas estas presenças são reais*, ainda que se aplique à Eucaristia o termo *real por excelência*.⁵ Entre a presença real de Jesus na Eucaristia e as outras presenças reais não existe diferença quando à presença de Cristo e à realidade dessa presença; existe diferença no que se refere *ao modo como essas diversas presenças são reais*.

³ Cf. MARSILI, S. *Sinais do Mistério de Cristo*, São Paulo, Paulinas, 2010, pp. 73-74.

⁴ Cf. VAGAGGINI, C. *O Sentido Teológico da Liturgia*, São Paulo, Loyola, 2009, p. 36.

⁵ Cf. Paulo VI, *Mysterium Fidei*, 41.



A liturgia é, pois, toda orientada para a história da salvação, que é o mistério de Cristo em seus tempos, ritos e sinais. Cristo é o *sinal-realidade*; o Antigo Testamento, *sinal profético*; o tempo da Igreja, *sinal da continuação efetiva do tempo de Cristo*. “É um evento real, acontecido na história, mas é único: todos os outros eventos da história acontecem uma vez e depois passam, engolidos pelo passado. O mistério pascal de Cristo, ao contrário, não pode ficar somente no passado, já que, por sua morte, destruiu a morte, e tudo o que Cristo é, fez e sofreu por nós homens participa da eternidade divina e, por isso, abraça todos os tempos e neles se mantém presente. O evento da cruz e ressurreição permanece e atrai tudo para a vida” (CIC 1085).

4 Liturgia, celebração do mistério pascal

A redenção dos homens tem início no momento da encarnação do Verbo e se completa no momento da morte-ressurreição-ascensão. Este único e grande evento salvífico encontra-se no centro da história da salvação e, portanto, no coração da liturgia cristã. A Páscoa de Israel é prefiguração, anúncio, preparação e antecipação da Páscoa definitiva de Cristo e dos cristãos, celebrada na liturgia da Igreja, até que ele venha e faça novas todas as coisas (Ap 21,5). Em Cristo, a humanidade entrou verdadeiramente naquela libertação e salvação que Deus, desde toda a eternidade, pensava e queria para todos os homens. Não mais uma Páscoa de promessa, mas sua plena realização.⁶

Em Israel, o evento pascal transfere-se para o *rito* no contexto da Ceia pascal e dos sacrifícios no Templo. A Sacrosanctum Concilium, ao falar da realização do mistério pascal de Cristo, através de *sinais sensíveis rituais*, refere-se à liturgia: Cristo enviou os apóstolos a anunciarem a salvação através do anúncio da palavra, da fração do pão, da comunhão fraterna e da fidelidade aos ensinamentos dos apóstolos. A vivência sacramental constitui elemento central da liturgia. Os sacramentos de Cristo, celebrados pela Igreja, não são, portanto, *ritos vazios*. Pelo contrário: *são sinais eficazes (palavras, gestos)* da realidade pascal da verdadeira salvação operada por Cristo. “A realização desta salvação torna-se eficaz para os homens no momento em que Cristo será glorificado, isto é, no

⁶ Cf. MARSILI, S. Liturgia, *Momento histórico da salvação*, São Paulo, Paulinas, 1987, p. 118.



momento, que por ser aquele último e conclusivo da complexa salvação pascal, por antonomásia e por excelência se denomina *Páscoa*.⁷

O rito, porém, por si só, não abrange a totalidade do mistério de Cristo. “O rito, um dos elementos centrais da liturgia, não é tudo. Dentro ou através de uma ação litúrgica se encontra o mistério e a vida, por detrás do que aparece se encontra o ser, no significante ou formas externas se manifestam o conteúdo e o sentido interno”.⁸ É obra de Deus e do homem. O âmbito mais significativo do encontro e do diálogo entre Deus e o homem, na comunidade e através da comunidade. *A ação ritual* não constitui somente o exercício de um direito ou dever; é uma *experiência de comunhão*, não só uma experiência pública ou privada; *um tempo festivo que nos foi doado*, não apenas um tempo livre ou dedicado ao trabalho; *fonte e cume* e não só uma função e um meio.⁹

Por detrás dessa *eficácia* dos sinais litúrgicos de instituição divina está especialmente a doutrina do *opus operatum*. *As ações litúrgicas são ações de Cristo em sua Igreja*. Segundo Odo Casel, na ação cúllica sacramental torna-se objetivamente presente não somente o efeito das ações histórico-salvíficas de Cristo, especialmente da paixão, ou seja, torna-se objetivamente presente não só a graça, mas também a mesma ação redentora, naquilo que tem de essencial, na sua substância.¹⁰ Em relação aos *sinais litúrgicos* de instituição humana, temos, sobretudo, o *ex opere operantis ecclesiae*, que está relacionado à dignidade moral, ao mérito e à santidade de vida de quem *recebe* esses ritos e de quem *os preside*.

5 A liturgia como ação ritual

A liturgia não se resume, pois, a um conjunto de ritos. É igualmente falso afirmar que a liturgia cristã, para ser autenticamente tal, deve excluir qualquer forma de rito. O ritualismo, que dá valor exagerado ao rito ou que o torna vazio, este sim, deve ser excluído. O rito, em si, traduz aquela exigência natural do homem de servir-se de *sinais, palavras e gestos* para exprimir os próprios sentimentos e atitudes interiores, sob

⁷ Cf. *Ibidem*, p. 121.

⁸ Cf. BOROBIO, D. *Celebrar para viver*, São Paulo, Loyola, 2009, p. 17.

⁹ Cf. GRILLO, A. *Liturgia, momento histórico da salvação na SC e nos demais documentos do Concílio*, Exposição no Seminário Nacional de Liturgia, Itaici, SP, 2012.

¹⁰ Cf. VAGAGGINI, C. *Ibidem*, p. 112.



o plano da relação, tanto humana, quanto divina. Os sinais litúrgicos expressam, portanto, o relacionamento que o ser humano procura estabelecer com Deus.

A relação existente entre Sagrada Escritura e liturgia faz entender que o rito assume outra conotação, própria da religião revelada e, em particular, do cristianismo, e que consiste no *ser sinal daquela realidade especial e divina que é Cristo*. Cristo, de fato, é o sinal dado por Deus (Jo 6,28). Em dependência desse sinal sacramental que é Cristo, é preciso entender, igualmente, os sinais rituais do Novo Testamento. São sinais objetivamente reais, no sentido de que atuam a mesma realidade do acontecimento que refletem.

Por esse motivo, a liturgia se distingue de qualquer outra forma de culto existente nas outras religiões naturais. Há uma *presença da ação divina sob a forma ritual*. A liturgia não é um culto qualquer, mas único, porque nela o culto realiza a sua verdadeira natureza. A liturgia cristã constitui um regime de sinais que, inserindo no mistério de Cristo cada um dos seres humanos, faz deles *adoradores em espírito e verdade*. *A liturgia não é, antes de tudo, ação pela qual os homens se unem a Deus, mas é, em primeiro lugar, ação pela qual Deus, em Cristo, vem ao encontro dos homens*.

II – Liturgia, exercício do sacerdócio de Cristo, Cabeça e membros

1 O verdadeiro culto no Corpo de Cristo

Ao expulsar os *vendilhões do Templo*, Jesus se apresenta como o verdadeiro Templo de Deus: em seu Corpo, morto e ressuscitado, se oferecerá o único e autêntico culto agradável ao Pai. A comunidade cristã primitiva, refletindo sobre o *sinal do templo* anunciado por Cristo (Jo 2,21), para a qual o *Corpo* de Jesus é o *templo* de Deus, adquirirá logo plena consciência de que Deus não pode habitar num templo feito por mãos humanas (At 7,48).

Os cristãos, pela sua união com Cristo, vivificado pelo Espírito (1Cor 15,45), tornaram-se, também eles, espírito no seu *Corpo* (1Cor 16-17); transformam-se, assim, em *templo espiritual* como o corpo humano de Cristo. Edificados sobre Cristo, *pedra angular* rejeitada pelos



construtores (Lc 20,17), os cristãos oferecem seus corpos como *vítima viva, santa e agradável a Deus, como seu culto espiritual* (1Pd 2,5).

“Cristo Senhor, Pontífice tomado dentre os homens (Hb 5,1-5), fez do novo povo *um reino de sacerdotes para o Pai* (Ap 1,6). Pois os batizados, pela regeneração e unção do Espírito Santo são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo, para que, por todas as obras do homem cristão, ofereçam sacrifícios espirituais e anunciem os poderes daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz” (LG 10). Os fiéis são, pois, delegados ao culto da religião cristã. Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, oferecem a Deus a Vítima Divina e com ela a si mesmos (LG 11). Por isso, o Concílio insiste em que os fiéis participem das ações litúrgicas consciente, piedosa e ativamente, e aprendam a oferecer a si próprios oferecendo a hóstia imaculada (SC 48).

Liturgia é o *culto da Igreja*. A Encíclica *Mediator Dei*, de Pio XII, já definia a liturgia como *ação sacerdotal de Cristo continuada pela Igreja, culto do Corpo Místico* (MD 17). A Sacrosanctum Concilium afirma que “*as ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja, que é o sacramento da unidade, isto é, o povo santo, unido e ordenado sob a orientação dos bispos*” (SC 26). Essas ações pertencem a todo o Corpo da Igreja, manifestam-no e o afetam. Cabe à hierarquia coordenar, animar, promover e orientar a ação litúrgica como agente particular dessa mesma ação. A liturgia, pela qual “se exerce a obra da nossa redenção, constitui o modo mais excelente para que os fiéis expressem em suas vidas e aos outros manifestem o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja” (SC 2). Os fiéis, no entanto, ainda não são considerados sujeitos da liturgia. Não está ainda suficientemente clara a noção de Sacerdócio dos Fiéis e o próprio conceito é ainda prevalentemente exterior. Ou seja: a liturgia manifesta sua realidade, seu valor, pelo fato de ser ação do sacerdócio hierárquico externo e visível e não pelo fato de ser ação dos fiéis, membros de Cristo Sacerdote. Por conseguinte, a liturgia é ainda dominada excessivamente pelo aspecto ritual exterior e é vista quase que exclusivamente como ação da hierarquia.

2 Do Corpo de Cristo ao Corpo de Cristo-Igreja

Cristo institui a sua Igreja (Mt 16,18). Edificada com *pedras vivas*, é estabelecida como um *sacerdócio santo para oferecer vítimas espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo*, e sobre ele se constrói



(1Pd 2,5). A Igreja é uma comunidade não só em nível sociológico, mas, sobretudo, cultural. Em Cristo, o povo de Deus do Novo Testamento é constituído *uma raça escolhida, um sacerdócio régio, uma nação santa, um povo adquirido para Deus* (1Pd 2, 9).

*“A Igreja, pois, ainda que no seu conteúdo real se identifique com o povo de Deus, contudo vem a indicar, de maneira direta, o momento cultural dele, ou seja, a Igreja existe no tempo e no lugar em que o povo de Deus responde à chamada, que o reúne de fato e em concreto em torno de Deus (culto). Enfim, a Igreja é a projeção teológico-cultural do povo de Deus, considerado como reino de sacerdotes (Ex 19,6), como sacerdotes de Deus (Is 61,6), isto é, como povo destinado ao culto de Deus até ser essencialmente por isso qualificado”.*¹¹

A Encíclica *Mediator Dei* define a liturgia como *adoração pública que o nosso Redentor, como Cabeça da Igreja, oferece ao Pai; como a adoração que a comunidade dos fiéis rende ao seu Fundador e, através dele, ao Pai Celeste. Portanto, uma adoração prestada pelo Corpo Místico de Cristo, Cabeça e membros (n.17)*. A Constituição Conciliar insere elementos mais precisos; inclui o conceito fundamental da presença de Cristo no Sacrifício da Missa, nos sacramentos, na palavra e no ofício divino: “Presente está pela sua força nos sacramentos, de tal forma que, quando alguém batiza, é Cristo mesmo que batiza. Presente está pela sua palavra, pois é ele mesmo que fala, quando se leem as Sagradas Escrituras na igreja. Está presente finalmente, quando a Igreja ora e salmodia”. A finalidade última da liturgia é a *perfeita glorificação de Deus e a santificação daqueles que a celebram* (SC 7).

Por outro lado, *tornar-se Corpo de Cristo* não deve ser entendido unicamente em nível moral. O ser humano foi criado à imagem de Cristo (Cl 1,15) e, por isso, somente pode realizar-se em Cristo (Ef 1,25; 4,15). Isso acontece exatamente através do processo sacramental, particularmente pela participação na Eucaristia. Pelo sacramento do pão eucarístico, ao mesmo tempo é representada e se realiza a unidade dos fiéis que constituem um só corpo em Cristo (1Cor 10,17). A Igreja *faz-se Corpo de Cristo*, porque se une à oferta sacramental do Senhor. O Batismo nos insere no Corpo de Cristo e a Eucaristia nos identifica com esse mesmo Corpo. Afirma o Papa João Paulo II: “A incorporação em Cristo, realizada pelo Batismo, renova-se e consolida-se continuamente através da

¹¹ Cf. MARSILI, S. *Ibidem*, pp. 134-135.



participação no sacrifício eucarístico, sobretudo na sua forma plena que é a comunhão sacramental. Podemos dizer não só que *cada um de nós recebe Cristo*, mas também que *Cristo recebe cada um de nós*.¹²

A liturgia é ação do *Cristo todo (Christus totus)*. A Igreja celeste não cessa de clamar dia e noite: “*Santo, Santo, Santo, é o Senhor; Deus Todo-poderoso, Aquele-que-era, Aquele-que-é e Aquele-que-vem*” (Ap 4,8). A multidão dos salvos o adoram ao redor do trono (Ap 7,11). Os eleitos cantam um cântico novo (Ap 14,3). Na liturgia terrena, antegozando, participamos da liturgia celeste, que se celebra na cidade santa de Jerusalém, para a qual peregrinamos (SC 8).

A Igreja é, de fato, o momento em que acontece a assembleia cristã, e isso ocorre precisamente na assembleia da Igreja local. A Igreja se define, portanto, como comunidade litúrgica, antes de tudo ao nível local (IGMR 59; 74). A Igreja local realiza o evento da Igreja universal. A celebração eucarística tem como caráter essencial o fato de ser determinada localmente, não podendo ser realizada senão em uma comunidade reunida em um lugar determinado. A Igreja é destinada, por sua própria natureza, a concretizar-se e a atuar-se em um lugar determinado. Sendo a Eucaristia uma celebração local, ela não só acontece na Igreja, mas a própria Igreja se torna um corpo visível, no sentido mais pleno do termo, somente na celebração local do sacrifício.

3 O sacerdócio comum dos fiéis

Em relação ao sacerdócio comum dos fiéis, a Encíclica *Mediator Dei* deu um passo importante, embora ainda inicial: “É necessário, pois, veneráveis irmãos, que todos os fiéis tenham por seu principal dever e suma dignidade participar do santo sacrifício eucarístico, não com assistência passiva, negligente e distraída, mas com tal empenho e fervor que os ponha em contato íntimo com o sumo sacerdote, como diz o Apóstolo: ‘Tende em vós os mesmos sentimentos que Jesus Cristo experimentou’ (Fl 2,5), oferecendo com ele e por ele, santificando-se com ele” (MD 73). Tudo isso consta da fé verdadeira; mas deve-se, além disso, afirmar que também os fiéis oferecem a vítima divina, sob um aspecto diverso (MD 77).

Ao estabelecer a relação entre o sacerdócio comum e o ministerial, a Encíclica enfatiza: “Dessa oblação propriamente dita os fiéis participam

¹² Cf. JOÃO PAULO II, *Ecclesia De Eucharistia*, 22.



do modo que lhes é possível e por um duplo motivo: porque oferecem o sacrifício não somente pelas mãos do sacerdote, mas, de certo modo ainda, junto com ele; e ainda porque, com essa participação, também a oferta feita pelo povo pertence ao culto litúrgico. Que os fiéis oferecem o sacrifício, por meio do sacerdote, é claro, pois o ministro do altar age na pessoa de Cristo enquanto Cabeça, que oferece em nome de todos os membros; pelo que, em bom direito, se diz que toda a Igreja, por meio de Cristo, realiza a oblação da vítima” (MD 83).

O Concílio Vaticano II aborda o tema com maior abrangência. O povo cristão, enquanto sacerdócio régio, indica o direito e o dever de participar da liturgia em virtude do Batismo (SC 14). Toda a Igreja constitui uma comunidade sacerdotal, porque todos os discípulos de Cristo, estabelecidos como o povo de Deus, foram constituídos sacerdotes (LG 3). Os cristãos formam um *sacerdócio régio*, enquanto participam da missão à qual Jesus foi consagrado (ungido) pelo Espírito Santo na sua humanidade (PO 2).

O sacerdócio está, pois, presente em cada um dos fiéis cristãos em virtude de sua inserção em Cristo pelo Batismo. Contudo, se lhes aplica o título de *povo sacerdotal e de comunidade sacerdotal* somente quando estão *formados e realizados* como povo sacerdotal, em virtude do dinamismo litúrgico, por aquele que, como *cabeça sacerdotal* (ministro ordenado), preside essa *comunidade sacerdotal*.

Trata-se de um sacerdócio comum, universal, de todos os cristãos (os cristãos leigos, os religiosos e o clero). Todos formam o único povo de Deus. O sacerdócio comum e o ministerial ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem não apenas por grau, mas por natureza (LG 10). Essa *diferença essencial* provém do sacramento da Ordem e de seu caráter. Por isso, afirma-se que o ministro ordenado age *in persona Christi* e não *in persona fidelium*. O ministério ordenado *não substitui o sacerdócio dos fiéis, mas o preside ministerialmente* na celebração eucarística.

O sacrifício dos cristãos consiste em se tornarem um só corpo em Cristo. Este é o *ato de culto* que cada cristão, consagrado pelo Batismo, oferece continuamente a Deus com a santidade de vida. Este *ato de culto* plenifica-se na liturgia sacramental, particularmente na Eucaristia. “Os fiéis, na missa, em virtude do seu caráter batismal, oferecem um sacrifício em regime cristão, e assim exercitam um sacerdócio em regime cristão que, com respeito aos conceitos acima definidos, é tal não equivocadamente, nem só metaforicamente, mas realmente. Isso consiste



propriamente no fato de que oferecem como seu próprio sacrifício, incluindo, portanto, aí a oferta de si mesmos até a destruição da própria vida, se assim aprouver a Deus, o sacrifício que Cristo oferece por meio do sacerdócio hierárquico”¹³.

Visando a essa melhor participação, a Introdução Geral sobre o Missal Romano indica vários meios: o sacerdócio régio dos fiéis, cujo sacrifício espiritual atinge plena realização pelo ministério dos presbíteros, em união com o sacrifício de Cristo, único Mediador (n. 5); a comunhão sob duas espécies como oportunidade para se compreender melhor o mistério de que os fiéis participam (n. 14); a aproximação dos fiéis da sagrada liturgia (n. 15). Visando a essa participação plena, é necessário investir na formação e na educação dos fiéis.

Conclusão

Como se pode constatar, a reforma litúrgica desejada e promovida pelo Concílio não se ateve a uma mudança de ritos, de cerimônias, ainda que essas devessem concorrer para uma participação consciente, piedosa (SC 48). Além de verdadeira inculturação, a Constituição teve como objetivo aproximar os fiéis da celebração, fazendo com que a liturgia fosse, de fato, *fonte e cume de toda a vida cristã* (SC 10).

Educar, pois, para a participação plena da celebração da comunidade eclesial é tarefa permanente da pastoral litúrgica. Também não é suficiente propor uma série de conteúdos teológico-litúrgicos, embora isso seja necessário. É preciso cultivar autêntica *espiritualidade litúrgica*. A celebração viva e genuína da ação litúrgica conduz à plena realização da vida espiritual. Aí reside o *ápice, a fonte*, o contato mais profundo com o Senhor Jesus. Quanto mais transformador for esse encontro, mais a presença de Jesus será percebida nos demais atos de piedade, no empenho pela evangelização libertadora, no compromisso transformante da sociedade, no discipulado e na ação missionária da Igreja, e nas diversas atividades da vida diária. Na medida em que o cristão se saciar dessa fonte (Jo 7,37-38), ele mesmo irá se identificando com Cristo, porque estará bebendo de seu Espírito (Jo 7,39).

Celebrando o Mistério de Cristo, a liturgia torna presente a ação de Deus em todos os povos, lugares e tempos (Ef 1,3-14). O fundamento

¹³ Cf. VAGAGGINI, C., *Ibidem*, p. 152.



objetivo de toda a vida espiritual está na celebração, no memorial real, na atualização, na representação do Mistério de Jesus Cristo em sua morte e ressurreição, em vista da edificação da Igreja, para a santificação dos fiéis e de todo o povo de Deus.

A espiritualidade litúrgica se alimenta da celebração, mas não termina com ela. Não se pode falar em espiritualidade se não se faz a *água viva* chegar às diversas circunstâncias da vida diária, às diferentes atividades, aos mais variados ambientes, lugares e situações, e a todas as pessoas. Não se trata de atitude intimista, de espiritualismo indefinido, inócuo. A espiritualidade que não impulsiona para a vida, para a ação, para o compromisso libertador e integral do ser humano, da sociedade e do mundo secular, não é coerente e se esvazia em si mesma.

A celebração viva e genuína da ação litúrgica conduz à plena realização da vida espiritual. É preciso *encontrar o Senhor; conviver com Ele, e tornar-se seu discípulo*. Na estrada de Emaús, os discípulos sentiram a força arrebatadora do Senhor ressuscitado. Somente *Aquele que tem palavras de vida eterna* (Jo 6,68) é capaz de retomar a vida dos discípulos desiludidos e de impulsioná-los para uma missão tão gigantesca quanto a fé que os animava. Ele mesmo irá à sua frente abrindo os caminhos da evangelização na força do Seu Espírito (Jo 7,39).

Endereço do Autor:

Faculdade Católica de Santa Catarina – Facasc – Itesc
Caixa Postal 5041
88040-970 Florianópolis, SC